



CASA DO POVO DE RELÍQUIAS

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2021

Índice

Balanço	3
Demonstração dos Resultados por Naturezas	4
Demonstração dos Resultados por Valências	5
Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios.....	6
Demonstração dos Fluxos de Caixa	8
Anexo	9
1. Identificação da Entidade	9
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	9
3. Principais Políticas Contabilísticas	10
3.1. Bases de Apresentação	10
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	12
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	16
5. Ativos Fixos Tangíveis	17
6. Inventários	18
7. Rédito.....	18
8. Benefícios dos empregados	18
9. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	19
10. Outras Informações	19
10.1. Clientes e Utentes.....	19
10.2. Outras contas a receber.....	19
10.3. Caixa e Depósitos Bancários	19
10.4. Fundos Patrimoniais	20
10.5. Fornecedores	20
10.6. Estado e Outros Entes Públicos	20
10.7. Outras Contas a Pagar	20
10.8. Investimentos financeiros.....	21
10.9. Financiamentos Obtidos	21
10.10.Subsídios, doações e legados à exploração	21
10.11.Fornecimentos e serviços externos	21
10.12.Outros rendimentos e ganhos	22
10.13.Outros gastos e perdas	22
10.14.Resultados Financeiros	22
10.15.Acontecimentos após data de Balanço	22

Balço

CASA DO POVO DE RELÍQUIAS

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2021	31-12-2020
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3.2.1; 5	1 235 997,91	1 230 186,01
Investimentos financeiros		4 029,92	1 809,46
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados			
Subtotal		1 240 027,83	1 231 995,47
Ativo corrente			
Inventários	3.2.2; 6	12 698,78	10 954,38
Clientes/Utentes	3.2.3; 10.1	23 960,51	12 352,34
Estado e outros Entes Públicos	10.6	7 746,00	363,63
Outros créditos a receber	3.2.3; 10.2	7 900,00	7 900,00
Diferimentos		2 925,88	2 967,53
Caixa e depósitos bancários	3.2.3; 10.3	217 098,55	292 376,61
Subtotal		272 329,72	326 914,49
Total do Ativo		1 512 357,55	1 558 909,96
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	3.2.4; 10.4	32 454,66	32 454,66
Resultados transitados	3.2.4; 10.4	54 217,93	25 058,55
Outras variações nos fundos patrimoniais	3.2.4; 10.4; 10.9	944 445,21	999 389,29
Resultado Líquido do período		7 026,14	29 159,38
Total do fundo do capital		1 038 143,94	1 086 061,88
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	10.9	371 465,15	387 388,39
Subtotal		371 465,15	387 388,39
Passivo corrente			
Fornecedores	10.5	36 219,10	18 995,72
Adiantamentos de clientes	3.2.3; 10.1	451,28	283,16
Estado e outros Entes Públicos	3.2.5; 10.6	12 523,64	12 463,70
Outras contas a pagar	3.1.2; 10.7	53 554,44	53 717,11
Outros passivos financeiros			
Subtotal		102 748,46	85 459,69
Total do passivo		474 213,61	472 848,08
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1 512 357,55	1 558 909,96

Relíquias, 30 de março de 2022

O CONTABILISTA CERTIFICADO

João Pedro Silva Cruz

A Direcção

Ylton Amílcar Costa
 Mãe do Nascimento dum Jesus
 Relíquias Casa do Povo de Relíquias Patruas

CASA DO POVO DE RELÍQUIAS

Rafaela Silva
 Maria Belete Gonçalves de Matos Loução

Demonstração dos Resultados por Naturezas

CASA DO POVO DE RELÍQUIAS
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

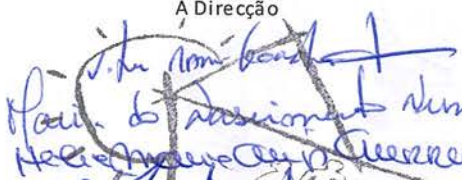
Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados	7	456 507,77	426 744,74
Subsídios, doações e legados à exploração	10.10	272 377,40	325 935,18
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	(76 727,13)	(87 528,63)
Fornecimentos e serviços externos	10.11	(101 000,40)	(109 734,35)
Gastos com o pessoal	8	(483 681,40)	(459 413,29)
Outros rendimentos e ganhos	10.12	64 969,08	55 382,42
Outros gastos e perdas	10.13	(21 596,79)	(25 110,31)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		110 848,53	126 275,76
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(93 106,17)	(85 802,52)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		17 742,36	40 473,24
Juros e rendimentos similares obtidos	10.14	-	-
Juros e gastos similares suportados	10.14	(10 716,22)	(11 313,86)
Resultados antes de impostos		7 026,14	29 159,38
Resultado líquido do período		7 026,14	29 159,38

Relíquias, 30 de março de 2022

O CONTABILISTA CERTIFICADO

João Pedro Silva Cruz

A Direcção

 Maria Luísa Gonçalves
 Maria Luísa Gonçalves
 CASA DO POVO DE RELÍQUIAS
 Maria Luísa Gonçalves
 Rafaela Silva

Demonstração dos Resultados por Valências

CASA DO POVO DE RELÍQUIAS
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR VALÊNCIAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Unidade Monetária:

	Notas	PERÍODO 2021				PERÍODO 2020				PERÍODO 2020		
		A.Domiciliário	Centro Dia	ERPI	General	2020	A.Domiciliário	Centro Dia	ERPI	General	2019	
RENDIMENTOS E GASTOS												
Vendas e serviços prestados	7	17 284,75	73 852,48	339 110,77	26 259,77	456 507,77	25 756,12	74 230,85	312 549,42	14 208,35	426 744,74	
Subsídios, doações e legados à exploração	10.8	18 175,01	86 604,84	167 597,55	0,00	272 377,40	33 949,32	116 782,61	175 203,25	-	325 935,18	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	(5 047,84)	(20 191,35)	(44 757,49)	(6 730,45)	(76 727,13)	(8 270,42)	(28 946,48)	(43 419,71)	(6 892,02)	(87 528,63)	
Fornecimentos e serviços externos	10.9	(8 080,03)	(28 246,18)	(62 654,18)	(2 020,01)	(101 000,40)	(9 897,77)	(31 558,34)	(66 270,05)	(2 008,19)	(109 734,35)	
Gastos com o pessoal	8	(18 600,47)	(101 190,65)	(344 674,45)	(16 780,33)	(483 681,40)	(33 454,90)	(124 025,03)	(296 694,29)	(5 239,07)	(459 413,29)	
Outros rendimentos e ganhos	10.10	795,63	3 182,54	60 990,91	-	64 969,08	670,94	2 683,76	52 027,72	-	55 382,42	
Outros gastos e perdas	10.11	(1 714,09)	(5 142,27)	(14 141,24)	(599,19)	(21 596,79)	(136,33)	(408,99)	(24 530,91)	(34,08)	(25 110,31)	
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		2 812,96	8 869,41	101 471,87	129,79	110 848,53	8 616,96	8 758,38	108 865,43	34,99	126 275,76	
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(1 716,44)	(6 039,00)	(85 144,04)	(206,69)	(93 106,17)	(1 132,15)	(4 286,12)	(80 323,65)	(60,60)	(85 802,52)	
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1 096,52	2 830,41	16 327,83	(76,90)	17 742,36	7 484,81	4 472,26	28 541,78	(25,61)	40 473,24	
Juros e rendimentos similares obtidos	10.12	-	-	(10 716,22)	-	(10 716,22)	-	-	-	-	-	
Juros e gastos similares suportados	10.12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(11 313,86)	
Resultados antes de impostos		1 096,52	2 830,41	5 611,61	(76,90)	7 026,14	7 484,81	4 472,26	17 227,92	(25,61)	29 159,38	
Resultado líquido do período		1 096,52	2 830,41	5 611,61	(76,90)	7 026,14	7 484,81	4 472,26	17 227,92	(25,61)	29 159,38	

Relíquias, 30 de março de 2022

O CONTABILISTA CERTIFICADO

José Pedro Silva Cruz
 A Direcção
Vitor Manuel Gonçalves
António do Nascimento Nunes Soares
António Manuel Gonçalves Soares
Para a análise e aprovação de todos os dados da conta
Rafaela Silva

Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

CASA DO POVO DE RELÍQUIAS
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2021

DESCRICÇÃO	Notas	Fundos	Resultados Transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total dos Fundos Patrimoniais
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2021	6	32 454,66	25 058,55	999 389,28	29 159,38	1 086 061,87
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	7	-	29 159,39	(54 944,08)	(29 159,38)	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8		29 159,39	(54 944,08)	(29 159,38)	(54 944,07)
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8				7 026,14	7 026,14
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	10				7 026,14	7 026,14
POSICÃO NO FIM DO ANO 2021	6+7+8+10	32 454,66	54 217,94	944 445,20	7 026,14	1 038 143,94

Relíquias, 30 de março de 2022

O CONTABILISTA CERTIFICADO

João Pedro Silva Cruz

A Direcção

Maria Adelaide Gonçalves
 Maria Adelaide Gonçalves de Matos
 Rafaela Silva

CASA DO POVO DE RELÍQUIAS

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2020

Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos	Resultados Transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2020	1	32 454,66	23 529,77	922 966,46	1 528,78	980 479,67
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	2	-	1 528,78	76 422,82	(1 528,78)	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3		1 528,78	76 422,82	(1 528,78)	76 422,82
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3				29 159,38	29 159,38
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	5					
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2020	6=1+2+3+4	32 454,66	25 058,55	999 389,28	29 159,38	1 086 061,87

Relíquias, 30 de março de 2022

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A Direcção

José João Silva Cruz

Nota: não foram reconhecidas alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais que se referem a alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais

Maria Gabriela Gonçalves dos Santos Loução
Rafaela Silva

Demonstração dos Fluxos de Caixa

CASA DO POVO DE RELÍQUIAS

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2021	2020
Fluxos de caixa das actividade operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		465 117,72	452 728,54
Pagamento a fornecedores		(159 568,54)	(194 498,53)
Pagamentos ao pessoal		(485 969,03)	(446 053,05)
Caixa gerada pelas operações		(180 419,85)	(187 823,04)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(7 746,00)	(363,63)
Outros recebimentos/pagamentos		238 450,70	300 824,87
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		50 284,85	112 638,20
Fluxos de caixa das actividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(98 918,07)	(8 359,80)
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios ao investimento		-	125 000,00
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		(98 918,07)	116 640,20
Fluxos de caixa das actividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(15 923,24)	(2 611,61)
Juros e gastos similares		(10 721,60)	(11 340,13)
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		(26 644,84)	(13 951,74)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
		(75 278,06)	215 326,66
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		292 376,61	77 049,95
Caixa e seus equivalentes no fim do período		217 098,55	292 376,61

Relíquias, 30 de março de 2022

O CONTABILISTA CERTIFICADO

João Pedro Silva Cruz

A Direcção

António Manuel Gonçalves
Mário do Nascimento Nunes Louçã
Helena Maria de Jesus Gonçalves

CASA DO POVO DE RELÍQUIAS

Yara Celeste Gonçalves de Matos Louçã
Rafaela Silva

Handwritten signature and stamp in blue ink, likely a confirmation or approval mark.

Anexo

1. Identificação da Entidade

A “Casa do Povo de Relíquias” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “Instituição Particular de Solidariedade Social com estatutos publicados no Diário da República n.º 158 de 17/08/200, Série II, com sede em Rua Engenheiro Amaro da Costa s/n, 7630-392 Relíquias. Tem como atividade principal o apoio à terceira Idade para que possa prosseguir os seguintes objetivos:

-
- Promover o desenvolvimento e o bem-estar da comunidade local, designadamente através de atividades de carácter social, cultural, desportivo e recreativo entre outras.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2021 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março; e
- Normas Interpretativas (NI).

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social) para este normativo é 1 de Janeiro de 2012, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de Janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

O montante total de ajustamento à data da transição reflete a diferença ocorrida nas Demonstrações Financeiras devido à adoção da NCRF-ESNL. Estes ajustamentos estão evidenciados em "*Outras Variações nos Fundos Patrimoniais*". Assim, os efeitos provenientes da adoção do novo referencial contabilístico à data da transição (1 de Janeiro de 2012) foram registados em "*Fundos Patrimoniais*" os ajustamentos da conta 2745- Subsídios para investimentos que passou a constar na conta 59303 – Subsídios para investimentos no montante de 13,450.76 Eur.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não haver a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os

quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" (Notas 10.7) e "Diferimentos"

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é materialmente relevante se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte das partes interessadas com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa é divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas são levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação são divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.



3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

3.2.2. Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (*first in, first out*). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.3. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

M. Vasconcelos
vi
AGF

Cientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the name "R. Nascimento" and a circled number "10".

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.4. Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.5. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

- b) *Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao director - geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) *Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas."*

Handwritten notes and signatures:
Hibsimment
[Signature]
[Signature]
[Signature]

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2011 a 2017 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

H. Sáez
M. Sáez
W. H.

6. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em	Compras	Inventário em	Compras	Inventário em
	01-Jan-2020		31-Dez-2020		31-Dez-2021
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	11 124,20	87 358,81	10 954,38	78 471,53	12 698,78
...	-	-	-	-	-
Total	11 124,20	87 358,81	10 954,38	78 471,53	12 698,78

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	87 528,63	76 727,13
--	-----------	-----------

7. Rédito

Para os períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2021	2020
Vendas	17 744,01	17 744,01
Prestação de Serviços	409 000,73	409 000,73
Centro Dia	22 911,04	22 911,04
Serviços de Apoio Domiciliário	66 137,54	66 137,54
ERPI - estrutura Residencial para idosos	302 456,79	302 456,79
Outros Serviços	14 208,36	14 208,36
Quotas e Jóias	3 287,00	3 287,00
Total	426 744,74	426 744,74

8. Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2021 e 2020, foram, respetivamente "3" e "3".

Os órgãos diretivos da Entidade não auferem qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2021 foi de 35 e em 31/12/2020 foi de 31.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2021	2020
Remunerações ao Pessoal	396 439,18	374 851,20
Indemnizações	920,40	549,67
Encargos sobre as Remunerações	80 208,94	76 264,23
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	4 850,85	5 667,25
Outros Gastos com o Pessoal	1 262,03	2 080,94
Total	483 681,40	459 413,29

9. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

10. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

10.1. Clientes e Utentes

Para os períodos de 2021 e 2020 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2021	2020
Clientes e Utentes c/c	23 960,51	12 352,34
Utentes	23 960,51	12 352,34
Total	23 960,51	12 352,34

10.2. Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a seguinte decomposição:

Descrição	2021	2020
Outros Devedores	7 900,00	7 900,00
Total	7 900,00	7 900,00

10.3. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2021 e 2020, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2021	2020
Caixa	5 708,07	5 708,07
Depósitos à ordem	286 668,54	286 668,54
Total	292 376,61	292 376,61

10.4. Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2021	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2021
Fundos	32 454,66	-	32 454,66
Resultados transitados	25 058,55	29 159,38	54 217,93
Outras variações nos fundos patrimoniais	999 389,29	(54 944,08)	944 445,21
Total	1 056 902,50	(25 784,70)	1 031 117,80

Handwritten notes and signatures: "wi", "M. Nascimento", and initials "HSP".

10.5. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Fornecedores c/c	18 995,72	18 995,72
Total	18 995,72	18 995,72

10.6. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	7 746,00	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	363,63
Total	7 746,00	363,63
Passivo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	212,33	158,72
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singualres (IRS)	2 515,00	2 038,13
Segurança Social	9 796,31	10 266,85
Total	12 523,64	12 463,70

10.7. Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
	Corrente	Corrente
Credores por acréscimos de gastos	53 554,44	53 717,11
Total	53 554,44	53 717,11

10.8. Investimentos financeiros

A rubrica "Investimentos Financeiros" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Investimentos noutras empresas	1 809,46	1 809,46
Fundo de compensação do Trabalho	1 809,46	1 809,46
Total	1 809,46	1 809,46

10.9. Financiamentos Obtidos

A rubrica "Financiamentos Obtidos" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2021		2020	
	Não Corrente	Total	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	371 465,15	371 465,15	387 388,39	387 388,39
Total	371 465,15	371 465,15	387 388,39	387 388,39

10.10. Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2021 e 2020, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2021	2020
Subsídios do Governo	272 377,40	325 935,18
Centro Regional da Segurança Social	271 236,65	277 435,18
Município de Odemira	-	48 500,00
IAPMEI	1 140,75	-
Total	272 377,40	325 935,18

10.11. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, foi a seguinte:

Descrição	2021	2020
Subcontratos	8 400,00	10 650,00
Serviços especializados	16 040,00	15 307,51
Materiais	3 195,98	2 963,84
Energia e fluidos	25 800,28	37 558,70
Deslocações, estadas e transportes	38,56	35,90
Serviços diversos (*)	47 525,58	43 218,40
Limpeza Higiene e Conforto	39 023,57	36 114,67
Seguros	5 443,14	5 413,49
Comunicações	1 263,81	1 252,24
Total	101 000,40	109 734,35

10.12. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Rendimentos Suplementares	10 025,00	6 805,25
Imputação de Subsídios para Investimento	54 944,08	48 577,17
Total	64 969,08	55 382,42

10.13. Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Impostos	860,85	1 704,11
Outros Gastos e Perdas	20 735,94	23 406,20
Total	21 596,79	25 110,31

10.14. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2021	2020
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	10 512,22	10 878,86
Outros gastos e perdas de financiamento	204,00	435,00
Total	10 716,22	11 313,86

10.15. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pela Direção em 30 de março de 2022.

Localidade, 30 de março de 2022

O Contabilista Certificado

José Pedro Silva Cruz

A Direção

Maria do Carmo Gomes de Matos Gonçalves
Rafaela Silva

Maria do Carmo Gomes de Matos Gonçalves
Rafaela Silva